É inegável o fato de que, na sociedade brasileira contemporânea, a igualdade de gêneros é algo que existe apenas na teoria. Medidas como a criação da Lei Maria da Penha e da Delegacia da Mulher, apesar de auxiliarem na fiscalização contra a violência ao sexo feminino e na proteção das vítimas, são insuficientes e pouco eficazes, algo comprovado através da alta taxa de feminicídios ocorridos em nosso país, além dos enormes índices de relatos de vítimas de violência.

O aumento notório de crimes contra a mulher realizados na última década deve-se a inúmeros fatores. A completa burocracia presente nos processos de atendimento às vítimas de estupro, por exemplo, refuta mulheres que apresentam traumas e não recebem acompanhamento psicológico adequado, sendo orientadas a realizar o exame de corpo de delito, procedimento, por vezes, invasivo. Além disso, é comum que o relato da vítima tenha sua veracidade questionada, não recebendo a atenção necessária. Com o afastamento de possíveis denúncias, não há redução no número de assassinatos e de episódios violentos.

A cultura machista em que estamos inseridos dissemina valores como a culpabilização da vitima: muitas vezes, a mulher se cala porque pensa que é a culpada pela violência que sofre. Acredita-se, também, que apenas a violência física e sexual deve ser denunciada, ou que a opressão moral é algo comum. A passividade diante de tais situações cede espaço para o crescimento de comportamentos violentos dentro da sociedade.

Tendo em vista as causas dos altos índices de violência contra a mulher no Brasil, é necessário que haja intervenção governamental para aprimorar os órgãos de defesa contra tais crimes, de modo a tornar o atendimento mais rápido e atencioso. O mais importante, no entanto, é atingir a origem do problema e instituir em escolas aulas obrigatórias sobre igualdade de gênero, apresentando de forma mais simples conceitos desenvolvidos, por exemplo, por Simone de Beauvoir, de modo a desconstruir desde cedo ideias preconceituosas que são potenciais estimulantes para futuros comportamentos violentos.

Sofia Dolabela Cunha Saúde Belém